

## Apresentação

*Ma se alcuna historia è profittevole al Prencipe, quella, a mio credere, è utilissima, che narra le revolutioni, o commotioni de i popoli [...]. Quindi è dunque, che io mi sono posto a scrivere molte rivolte de popoli accadute a miei giorni, che ragionevolmente si possono chiamare i Terremoti di Stato'.*

**D**esde há muito se usou definir o século XVII como uma época de “crise”. Em dois artigos fundadores publicados em 1954 na revista *Past and present*; Eric Hobsbawm chamou atenção para o que julgava ser uma crise geral da economia europeia nos Seiscentos, a qual teria sido determinante para a transição do feudalismo para o capitalismo. Herdeiro da reflexão acadêmica marxista animada pelas obras de Maurice Dobb e Christopher Hill<sup>1</sup>, o autor construía sua análise recorrendo a outro conceito-chave que acabaria por condicionar durante muito tempo as abordagens da problemática em questão: o de “revolução”.

Quatro anos mais tarde, Hugh Trevor-Roper criticou a interpretação de Hobsbawm, sustentando que o século XVII vivenciara, na verdade, uma crise nas relações entre sociedade e Estado, nomeadamente no que diz respeito à tensão entre campo e corte, ou seja, entre o setor produtivo e o crescente custo da burocracia parasitária. A década de 1640, classificada pelo autor como “the years of revolution”, teria tido o papel de romper o continuísmo histórico do século XVI para inaugurar uma época em que as monarquias europeias não mais eram capazes de absorver seus conflitos internos<sup>2</sup>. Pouco depois, um exemplar especial da *Past and Present* agrupou uma série de renomados historiadores para comentar as teses de Trevor-Roper<sup>3</sup>, dando fôlego a um

1 “Mas se alguma História é proveitosa ao Príncipe, é utilíssima aquela, creio eu, que narra as revoluções, ou comoções dos povos [...]. Por isso é então que me pus a escrever as muitas revoltas que ocorreram em meus dias, que razoavelmente se podem chamar de Terremotos de Estado” (tradução livre). Maiolino Bisaccioni. *Historia delle guerre civili de gli ultimi tempi*. Veneza: Francesco Storti, 1652. p. 1.

2 Eric J. Hobsbawm. ‘The general crisis of the European economy in the 17th century’. In: *Past & Present*, n. 5. Oxford, maio 1954. p. 33-53; *Idem*, ‘The crisis of the 17th century – II’. In: *Past & present*, n. 6. Oxford, nov. 1954. p. 44-65.

3 Maurice Dobb. *Studies in the development of capitalism*. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1946; Christopher Hill. *The English revolution 1640*. Londres: Lawrence and Wishart, 1940.

4 Para uma primeira aproximação aos usos do conceito de “revolução” na historiografia recente, vide Steven Pincus. *1688: the first modern revolution*. New Haven: Yale University Press, 2009; Xavier Gil Pujol, ‘Más sobre las revueltas y revoluciones del siglo XVII y sobre su ausencia’. In: Geoffrey Parker (org.). *La crisis de la monarquía de Felipe IV*. Barcelona: Crítica, 2006. p. 351-392; Bailey Stone. *The anatomy of revolution revisited. A comparative analysis of England, France, and Russia*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

5 Hugh R. Trevor-Roper. ‘The general crisis of the Seventeenth century’. In: *Past & Present*, nº 16. Oxford, nov. 1959. p. 31-64.

6 John H. Elliott, Jack H. Hexter, Eric J. Hobsbawm, Ernst H. Kossmann, Roland Mousnier, Lawrence Stone, Hugh

dos mais duradouros debates da historiografia modernista do século XX.

Desde então, a discussão assumiu matizes variados, desdobrando-se por vezes em tópicos conexos não menos controversos – como a questão da “decadência” da monarquia Católica<sup>7</sup> –, sem contudo dar sinais definitivos de esgotamento<sup>8</sup>. De fato, o tema, há quinze anos descrito por Francesco Benigno como “desgastado, irremediavelmente esgotado e démodé”<sup>9</sup>, recebeu novo fôlego com as recentes teses de Geoffrey Parker sobre as origens climáticas do que considera ser uma crise não apenas europeia, mas mundial. Em tempos de polêmica acerca do aquecimento global, o historiador recupera o assunto, propondo entender as agitações do século XVII como o subproduto da interação entre os sistemas humano e natural no momento em que um sensível resfriamento do planeta teria gerado em muitas regiões uma forte pressão demográfica, dado o desequilíbrio entre a produção de alimentos e a concentração populacional<sup>10</sup>.

Com efeito, no âmago das discussões sobre as supostas causas gerais da crise seiscentista, em que eventos ocorridos nas mais distantes partes do globo são integrados em um mesmo nexos de causalidade, advinha-se o desejo de desvendar o sentido da impressionante simultaneidade das agitações políticas do período, especialmente das advindas nos anos 1640<sup>11</sup>.

Contudo, antes de instigar os historiadores atuais, tal convergência temporal já havia ocupado os espíritos dos próprios seiscentistas. A eclosão quase conjunta de movimentos de contestação política em Inglaterra, Catalunha, Portugal, Sicília, Nápoles, França etc. não escapou à observação e aos comentários de seus contemporâneos, que procuraram compreender, justificar e representar esses extraordinários acontecimentos. O exemplo mais eloquente é o de Maiolino Bisaccioni, que publicou em Veneza, já em 1652, sua *Historia delle guerre civili de gli ultimi tempi*, em que analisava lado a lado os diferentes “terremotos de Estado” que estremeceram o continente europeu nos anos 1640. Mas sua iniciativa estava longe de ser um caso isolado. As revoltas

---

R. Trevor-Roper. ‘Discussion of the H. R. Trevor-Roper: “The general crisis of the Seventeenth century”’. In: *Past & Present*, nº 18. Oxford, nov., 1960. p. 8-42.

7 A bibliografia sobre o assunto é vastíssima. Citamos apenas a já clássica formulação de Rosario Villari, segundo a qual o “decênio das revoluções” na monarquia Católica de Espanha seria o resultado do ímpeto separatista das regiões periféricas, que viam sua identidade histórica e política ameaçada pelas reformas olivariantas. Cf. Rosario Villari. ‘Revoluciones periféricas y declive de la Monarquía española’. In: Rosario Villari et alii. *1640: la monarquía hispánica en crisis*. Barcelona: Crítica, 1992. p. 169-182. Para uma crítica dessa interpretação, vide Jean-Frédéric Schaub. ‘La crise hispanique de 1640: le modèle des ‘révolutions périphériques’ en question (Note Critique)’. In: *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 49e, nº 1. Paris, jan. - fev. 1994. p. 219-239.

8 Para uma revisão bibliográfica aprofundada, vide Benedict e Gutmann (orgs.). *Op. cit.*, p. 25-30.

9 Francesco Benigno. *Espejos de la revolución*. Barcelona: Crítica, 1999. p. 47.

10 Geoffrey Parker, ‘La crisis mundial del siglo XVII: acontecimientos y “paradigma”’. In: Parker (org.). *La crisis de la monarquía de Felipe IV*. Barcelona: Crítica, 2006. p. 19-53; *Idem*, *Global crisis: War, climate change and catastrophe in the Seventeenth century*. New Haven: Yale University Press, 2013. Apesar da grande proximidade deste tipo de ideia com as pautas da atualidade, já há muito se cogitara a possibilidade de relacionar a crise do século XVII ao clima. A hipótese é comentada por Roland Mousnier em sua crítica ao artigo de Trevor-Roper, em que referencia os estudos que Emmanuel Le Roy Ladurie então conduzia sobre o assunto. Cf. R. Mousnier. *Op. cit.*, p. 23-24. Para uma bibliografia dos trabalhos de Ladurie sobre a história do clima, vide a nota no site da Bibliothèque Nationale de France. Disponível em [http://www.bnf.fr/documents/biblio\\_leroy\\_ladurie\\_climat.pdf](http://www.bnf.fr/documents/biblio_leroy_ladurie_climat.pdf). Acesso em 7 de novembro de 2014.

11 Note-se a esse respeito a grande fortuna que alcançou o debate lançado por Roger Bigelow Merriman sobre as “*contemporaneous revolutions*” de meados dos Seiscentos. Cf. Roger B. Merriman. *Six contemporaneous revolutions*. Oxford: Clarendon Press, 1938. É significativo, aliás, que a própria revista *Past & present* tenha, em 1957, no intervalo portanto entre as publicações de Hobsbawm e a resposta de Trevor-Roper, retomado a questão nos mesmos termos em que a formulara Merriman. Cf. ‘Seventeenth Century Revolutions’. In: *Past & Present*, nº 13. Oxford, abr. 1958. p. 63-72.

daquele período foram objeto de diversas obras historiográficas<sup>12</sup>, cujo diálogo com outros livros, panfletos e folhas de notícias do tempo forneceu elementos para a cristalização da imagem dos Seiscentos como um “século de ferro”, para retomar os termos de Jean-Nicolas de Parival<sup>13</sup>.

Bem entendido, o presente dossiê não se propõe a apresentar novas soluções para o antigo problema das causas das “crises” e “revoluções” dos Seiscentos. Pretendemos antes, à inspiração daquela proliferação de narrativas coevas aos turbulentos eventos dos anos 1640, reunir um apanhado de estudos que, incorporando os resultados parciais de investigações doutorais desenvolvidas em universidades do Brasil, Portugal, Espanha e França, oferecesse um leque variado de possibilidades interpretativas e metodológicas passíveis de enriquecer o debate acadêmico. Como sugestão, propusemos aos autores que meditassem em seus trabalhos sobre os fenômenos de transmissão, expansão e repercussão das revoltas, com especial atenção para o papel desempenhado em sua configuração pelas diferentes formas de comunicação, particularmente a difusão de textos e imagens. O resultado foi uma mirada transversal que, sem almejar qualquer síntese, poderá eventualmente acrescentar elementos que possibilitem uma mais complexa problematização do tema.

Os dois primeiros artigos observam o caso da Restauração portuguesa em sua ampla dimensão imperial. João Pedro Gomes abre os debates conduzindo-nos a Cartagena das Índias e à dramática situação em que se viu a comunidade de portugueses lá residentes depois da aclamação de D. João IV. A quase cinematográfica trajetória do conde de Castelo Melhor, que passa de leal súdito de Filipe IV a herói da pátria portuguesa celebrado nos tablados de Lisboa, oferece-nos um valioso exemplo das ambiguidades e complexidades dos vínculos de fidelidade e identidade do Antigo Regime. Em seguida, Camila Corrêa e Silva de Freitas traz à baila os conflitos em torno das possessões holandesas no Atlântico. A reconquista de Angola em 1648 é então contemplada a partir de sua representação na biografia que fez Simão de Vasconcelos, jesuíta da província do Brasil, do padre João de Almeida. A escrita da história dos anos 1640 inscreve-se, assim, numa “guerra de informações” em que estava em jogo a própria natureza da atuação dos jesuítas na América lusa.

Com os artigos de Marcello José Gomes Loureiro e Pedro Paulo de Figueiredo Silva, retornamos ao Portugal europeu e ao debate político travado no reino após 1640. Loureiro põe em evidência três capítulos singulares da discussão sobre o governo por Conselhos durante a Guerra da Restauração. Tal conjuntura crítica, em que a publicação de escritos desempenhava um papel catalizador, remete-nos ao ambiente cultural apresentado por Figueiredo Silva, o qual nos convida, pela interpretação das poesias de ampla circulação como atos de intervenção política, a

12 Eis alguns exemplos: François de Grenaille. *Le Mercure portugais, ou relations politiques de la fameuse révolution d'Etat arrivée en Portugal*. Paris: Antoine de Sommerville et Augustin Courbé, 1643; Vittorio Siri. *Il Mercurio overo historia de correnti tempi*. Casale: Christoforo della Casa, 1644; Luca Assarino. *Delle rivoluzioni di Catalogna*. Bologna: Andrea Salmincio, 1645; George Bate. *Elenchus motuum nuperorum in Anglia, simul ac juris regii et parlamentarii brevis enarratio*. Paris: s. ed., 1649; Raffaele della Torre. *Dissidentis desciscens receptaeque Neapolis libri VI*. Insulis: s. ed., 1651; Giovanni Battista Birago Avogadro. *Delle historie memorabili che contiene le sollevationi di stato de' nostri tempi*. Venezia: il Turrini, 1653; Galeazzo Gualdo Priorato. *Histoire des révolutions et mouvemens de Naples, arrivées pendant les années mil six cens quarante-sept, & mil six cens quarante-huit*. Paris: Simeon Piget, 1654.

13 Jean-Nicolas de Parival. *Abrégé de l'histoire de ce siècle de fer*. Leyde: Abraham à Geerevliet, 1654. Parival inclui em seu quadro geral das calamidades do século não apenas as revoltas dos anos 1640, mas todas as guerras e conflitos que eclodiram na Europa desde a paz de Vervins em 1598. A mesma imagem dos Seiscentos como um tempo de desordem e violência veiculou D. Francisco Manuel de Melo em seu *Tácito português*, quando apresentou a frustrada conspiração de meados de 1641 contra D. João IV como o fruto de uma espécie de alastramento às terras portuguesas do “fogo da intestina discórdia” que assolava a Europa. Com todo o continente abrasado, seria admirável, diz Melo, se Portugal não se deixasse queimar nesse incêndio. Cf. D. Francisco Manuel de Melo. *Tácito português*. Vida, morte, ditos e feitos de el rey dom João IV de Portugal. Lisboa: Sá da Costa, 1995. p.101-105.

repensar o lugar das populações no processo histórico da época.

Ainda no terreno da função política da arte, Daniel Aznar nos leva à Catalunha insurrecta por meio do exame de um balé publicado em Barcelona, em 1644, sob os auspícios do vice-rei La Mothe-Houdancourt. Nesse rigoroso estudo de caso, a vocação política do *ballet de cour* nos últimos anos do reinado de Luís XIII é ponto de apoio para uma minuciosa dissecação dos múltiplos simbolismos que encerra esse espetáculo, particularmente revelador da complexidade das relações do principado com a monarquia francesa.

Com Baptiste Etienne, o foco passa à Normandia, à época das famosas “mazarinadas”. O autor conjuga métodos quantitativos e qualitativos para analisar, com base em um *corpus* de centenas de impressos, o lugar de Rouen na Fronda. As tensões entre as elites locais e Paris compõem, assim, o pano de fundo de um episódio em parte ainda inexplorado de uma das mais exuberantes guerras de panfletos dos Seiscentos.

Por fim, Joana Fraga realiza uma apreciação das interações entre as três principais revoltas – catalã, portuguesa e napolitana – que eclodiram na monarquia hispânica na década de 1640, observando as reações que suscitaram em outras partes do território europeu. Com o foco posto no papel político da produção e circulação de objetos culturais em escala continental, conclui-se então a seção de artigos sem, porém, dar por encerrada a discussão, que se prolonga na entrevista e na fonte publicadas nesta edição, as quais se deixaram contaminar pelas orientações que guiaram a preparação do dossiê.

O recente lançamento da nova obra de Pedro Cardim, *Portugal unido y separado*, afigurou-se-nos ocasião perfeita de convidarmos o professor a expor suas ideias a respeito de algumas questões que julgamos centrais para a investigação histórica modernista. Fechando os trabalhos, Gustavo Kelly de Almeida publica uma fonte extremamente valiosa para o conhecimento dos ambíguos meandros da história diplomática e política em meados do século XVII. Com seus detalhados comentários introdutórios, o autor nos guia pelo labiríntico mundo da espionagem e da informação na era moderna.

O estudo das “revoluções” ou “comoções dos povos” justificava-se, segundo Maiolino Bisacioni e alguns de seus contemporâneos, por facultar a composição de um manancial de sabedoria política de grande utilidade aos governantes. A quase quatro séculos de distância daqueles anos turbulentos, se a presente publicação puder ao menos despertar o interesse de outros jovens pesquisadores para um período tão crucial quanto comentado de nosso passado, nossas modestas pretensões já terão encontrado satisfação.

Paris, novembro de 2014.

Daniel Magalhães Porto Saraiva & Daniel Pimenta Oliveira de Carvalho